

Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica

Janáina Francisca de Souza Campos Vinha

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

e-mail: janadageo.unesp@yahoo.com.br

Noemia Ramos Vieira

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências

e-mail: noemiaramosvieira9@gmail.com

Djacira Maria de Oliveira Araújo

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

e-mail: djaciraaraujo@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho debate a proposta pedagógica e metodológica ancorada no projeto de Educação do Campo esculpido no Residência Agrária. O objetivo é destacar as atividades de extensão e as práticas formativas, com foco no processo de construção do conhecimento promovido pelos educandos e educandas no Ensino Superior, os quais participaram de uma organização democrática e coletiva de extensão e pesquisa que buscou valorizar os saberes e conhecimentos do campesinato. O levantamento bibliográfico, a pesquisa de campo e a aplicação de questionários foram os principais procedimentos metodológicos empregados. O Residência desenvolveu um trabalho de extensão que estudou as áreas de reforma agrária a partir do diagnóstico e da execução de planos e ações territoriais, estas diretamente vinculadas às práticas, vivências e realidades construídas pelo e para o campesinato.

Palavras-chave: Residência Agrária; Educação do Campo; Campesinato; Atividades de extensão; Práticas formativas.

Agrarian Residence: a proposal educational and methodology

Abstract

This work discusses the pedagogical and methodological proposal anchored in the Rural Education project carved out of the Agrarian Residence. The objective is to highlight the extension activities and the formative practices, focusing on the process of knowledge construction promoted by students and educators in Higher Education, who participated in a democratic and collective organization of extension and research that sought to value the knowledge and knowledge of the peasantry. The bibliographic survey, the field research and the application of questionnaires were the main methodological procedures employed. The Residency developed an extension work that studied the areas of agrarian reform based on the diagnosis and execution of territorial plans and actions, which are directly linked to the practices, experiences and realities built by and for the peasantry.

Keywords: Agrarian Residence; Rural Education; Peasantry; Extension activities; Training practices.

Residencia Agraria: una propuesta pedagógica y metodológica

Resumen

Este trabajo debate la propuesta pedagógica y metodológica anclada en el proyecto de Educación del Campo esculpido en la Residencia Agraria. El objetivo es destacar las actividades de extensión y las prácticas formativas, con foco en el proceso de construcción del conocimiento promovido por los educandos y educandas en la Enseñanza Superior, los cuales participaron de una organización democrática y colectiva de extensión e investigación que buscó valorar los saberes y conocimientos del campesinado. El levantamiento bibliográfico, la investigación de campo y la aplicación de cuestionarios fueron los principales procedimientos metodológicos empleados. La Residencia desarrolló un trabajo de extensión que estudió las áreas de reforma agraria a partir del diagnóstico y de la ejecución de planes y acciones territoriales, éstas directamente vinculadas a las prácticas, vivencias y realidades construidas por el y para el campesinado.

Palabras-clave: Residencia Agraria; Educación del Campo; campesinado; Actividades de extensión; Prácticas formativas.

Introdução

O presente trabalho apresenta as principais reflexões e elementos que integraram a proposta pedagógica e metodológica de Educação do Campo desenvolvida junto ao projeto Residência Agrária no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (*TerritoriAL*). São discutidas as atividades de extensão e as práticas formativas, com foco no processo de construção do conhecimento promovido pelos educandos e educandas, os quais participaram de uma gestão coletiva de pesquisa que valorizou o saber camponês como prática constitutiva na Universidade.

É nesse contexto que a proposta pedagógica e metodológica deve ser concebida, entendida no interior de um processo que se iniciou ainda no final da década de 1990, momento em que o Ministério Extraordinário de Política Fundiária criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Contudo, mesmo antes de ser tomado como política de Estado, com a instituição do Pronera, a luta dos movimentos sociais do campo já estava em curso, a qual procurou oferecer e qualificar as condições de educação para os assentados e assentadas da reforma agrária, rumo ao desenvolvimento de múltiplas dimensões, sujeitos, territórios e escalas.

Os cursos de Residência Agrária constituem-se como uma das formas de promover a educação do campo no Brasil. São resultado da parceria firmada em 2012 entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio do Pronera, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O Residência objetivou desenvolver ações junto às comunidades camponesas, envolvendo inúmeros sujeitos na luta pela transformação dos seus territórios, fortalecendo identidades e atuando como política que busca a emancipação humana.

As universidades, por sua vez, se integraram a esses esforços. O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL)¹, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), vinculado ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), participou desse movimento, com a aprovação do projeto no Residência Agrária.

O Residência foi contemplado pela Chamada CNPq/INCRA 26/2012, aprovadas 36 propostas em 18 estados brasileiros. O projeto denominado *Desenvolvimento territorial e educação do campo em Territórios da Cidadania e assentamentos de reforma agrária nas cinco macrorregiões*, foi desenvolvido no período de 2013 a 2015 com educandos e educandas do TerritoriAL. O objetivo principal foi estudar e promover o desenvolvimento dos Territórios da Cidadania, prioritariamente dos projetos de assentamentos de reforma agrária. O projeto abrangeu três subprojetos: 1) *Soberania alimentar, mercado, renda e resistência*; 2) *Educação do Campo, produção familiar e gênero*; 3) *Produção, Educação do Campo, alimentação e saúde*.

Tendo em vista esse panorama, para discutir a proposta pedagógica e metodológica de educação do campo e o projeto de Residência Agrária, o levantamento bibliográfico, a pesquisa de campo e a aplicação de questionários fechados e abertos foram os principais procedimentos metodológicos empregados.

Além dessa introdução e das considerações finais, o presente trabalho foi organizado em duas partes. A primeira apresenta as bases teóricas que a proposta pedagógica da Educação do Campo está alicerçada; a segunda debate a proposta metodológica do Residência Agrária, evidenciando como o projeto foi esboçado para atender educandos e educandas do Ensino Superior que cursaram o mestrado em Geografia no TerritoriAL. Discutiram-se as atividades de extensão e as práticas formativas que valorizam o saber camponês. Foram evidenciados os trabalhos de extensão que estudaram as áreas de reforma agrária, os diagnósticos, os planos e ações territoriais desenvolvidas pelos próprios educandos e educandas.

Proposta pedagógica do Residência Agrária: por uma Educação do Campo

No ano de 1998, a partir da mobilização dos movimentos sociais do campo, em particular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), surgiu o Pronera. A partir de parcerias com instituições de ensino, pesquisa e extensão, secretarias municipais e

¹ O TerritoriAL iniciou suas atividades no ano de 2013, período em que foi firmado um convênio entre Unesp, Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), Via Campesina e Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). O objetivo do Programa é formar camponeses, quilombolas, indígenas, populações tradicionais e mesmo aqueles que lutam junto ao desenvolvimento dessas comunidades.

estaduais de educação e também movimentos sociais e sindicais, o Pronera surgiu com a proposta de alfabetizar e elevar o grau de escolaridade de jovens e adultos beneficiados pelos projetos de assentamentos da reforma agrária. Entre suas inúmeras ações, estão os cursos de Residência Agrária, cujo objetivo é promover a educação, em nível de pós-graduação, que contribua para formação de profissionais de assistência técnica preparados para desencadear processos que contribuam com a transformação das condições de vida no campo - em especial naqueles territórios contemplados pela reforma agrária.

É neste contexto que se desenvolveu o Residência Agrária no TerritoriAL, cujo objetivo foi oferecer aos assentados uma formação de pós-graduação articulada com a proposição de projetos capazes de gerar capacitação e extensão tecnológica em diferentes linhas de pesquisa/trabalho. O projeto se desenvolveu em escala nacional a medida em que envolveu diferentes assentamentos do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA e do Programa de Territórios da Cidadania.

Dentre as especialidades deste projeto, tem-se o fato de que, entre os demais projetos de Residência Agrária assistidos pelo Pronera, este foi o primeiro realizado em nível de pós-graduação *Stricto Sensu*. Assim, as reflexões impressas aqui incitam o debate de ações pioneiras que tangem a natureza pedagógica-metodológica, guiado pelos princípios da Educação do Campo. É sobre essa questão que a próxima parte do texto busca discutir, refletindo sobre os pressupostos teóricos que o projeto foi fundamentado. Debater a natureza teórico-metodológica da Educação do Campo remete, primeiramente, pensar sobre as relações entre educação, trabalho e formação do indivíduo.

Alguns princípios da Educação do Campo

O desenvolvimento histórico do gênero humano mostra que, na medida em que o homem foi se desenvolvendo culturalmente para libertar-se dos limites biológicos da espécie, grandes conquistas foram sendo atingidas na direção de uma maior autonomia do indivíduo como controlador do seu destino (DUARTE, 1993). Saviani (2007), ao refletir sobre as relações entre a educação e trabalho afirma que, ao transformar a natureza, através do trabalho, para garantir as suas condições de existência, o ser humano foi construindo as possibilidades concretas de sua humanização, ou seja, de se fazer homem. Por meio do trabalho, o homem se diferencia da natureza, mas não rompe com ela. Sobre a sua universalidade natural, o homem produz a sua particularidade através do trabalho. O homem apresenta-se, então, como um ser que é determinado por sua historicidade. O que significa que a existência humana pressupõe um constante conhecer e transformar a realidade para continuar existindo num processo dialético de desenvolvimento. O adaptar-se de forma passiva à realidade posta não constitui um mecanismo inerente ao ser humano

e nem coerente com o vir a ser da humanidade. A ação objetiva do homem sobre a natureza é algo que faz parte da sua essência (VIEIRA, 2000).

Para Aranha (1993), o trabalho humano é uma ação dirigida por finalidades conscientes, uma resposta aos desafios que a natureza impõe na luta pela sobrevivência humana.

Ao reproduzir técnicas que outros homens já usam e ao inventar outras novas, a ação humana se torna fonte de ideias e ao mesmo tempo uma experiência propriamente dita [...] o trabalho, ao mesmo tempo que transforma a natureza, adaptando-a as necessidades humanas, altera o próprio homem desenvolvendo suas faculdades. Isso significa que, pelo trabalho, *o homem se auto reproduz* (ARANHA, 1993, p. 5).

Tendo em vista que a essência do homem é o trabalho, ou seja, o ato de agir sobre a natureza, e que este ato resulta de um processo histórico de aprendizagem e de construção do conhecimento, concluiu-se que todo homem necessita aprender a ser homem para produzir sua própria existência. A formação do homem é um processo educativo, a qual implica no desenvolvimento de formas e conteúdos, cuja validade é estabelecida pela experiência (SAVIANI, 2007).

Para Saviani (2007), a origem da Educação coincide com a origem do homem. Trabalho e educação possuem uma relação de identidade e são inseparáveis. É com base nessa relação educação/trabalho que se têm construído os princípios da educação dos jovens e das crianças do campo.

Tendo em vista que o público envolvido no projeto são trabalhadoras e trabalhadores do campo, buscou-se desenvolver as atividades de formação destes sujeitos a partir das suas *práxis*, da sua cultura e da sua vivência no campo. As ações da equipe foram fundamentadas pelos princípios da Educação do Campo.

A Educação do Campo é um projeto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestado do ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações. É um projeto que dialoga com uma concepção pedagógica crítica, vinculada a objetivos políticos de emancipação e de luta por justiça e igualdade social. Uma educação que vincula a formação humana e uma concepção própria de campo (CALDART, 2018).

Para Souza (2008), trata-se de uma concepção pedagógica que se contrapõe à visão de camponês e de rural como sinônimo de arcaico e atrasado, uma concepção que

[...] valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável (SOUZA, 2018, p. 2089).

A Educação do Campo procura romper com o modelo de Educação Rural instaurado no país há décadas. Esta última está ligada à uma concepção de campo que procurou reproduzir a lógica da agricultura capitalista. Padronizar, inferiorizar, estereotipar e segregar as identidades e culturas camponesas são alguns dos componentes da Educação Rural. A Educação Rural apoia-se em uma visão tradicional do espaço rural, atuando como instrumento de reprodução, expansão e consolidação de uma estrutura agrária fundada na agricultura capitalista, extremamente concentrada, excludente e conservadora.

A Educação do Campo emergiu das demandas dos movimentos sociais do campo, de forma mais expressiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), por uma educação pública que fosse gestada do ponto de vista dos camponeses, que considerasse seus interesses sociais, políticos e culturais. A Educação do Campo constitui-se num projeto de educação de emancipatória e libertadora que concebe o campo como espaço de produção material e simbólica dos povos do campo. Traz em sua concepção os processos de luta, enfretamento e resistência. Propõe incorporar as demandas trazidas pelos movimentos sociais e sindicais, exigindo a valorização das especificidades do meio rural e dos diversos sujeitos que constroem esse espaço. A Educação do Campo é um novo paradigma que vem sendo construído pelos povos do campo que rompe sistematicamente com o paradigma da Educação Rural (FERNANDES; MOLINA, 2004).

Alguns dos princípios pedagógicos norteadores da Educação do Campo dizem respeito aos princípios da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire e da Pedagogia da Alternância. A educação é um dos elementos fundamentais do processo de humanização, conscientização e de construção de outra realidade. Considera-se que a realidade vivida pelos camponeses constitui alicerce de outra realidade possível, conferindo à Educação do Campo um caráter emancipatório, em que os camponeses são os sujeitos dessa transformação. A formação humana é concebida a partir de uma relação dialética entre a práxis e o conhecimento com o qual os sujeitos terão contato durante o seu processo de formação. Trata-se de pensar o processo educativo para além dos muros da escola, o que ajuda a entender que sua construção acontece em interação entre a escola, a família, a comunidade e os movimentos sociais (FREIRE, 1987).

A alternância abriga grande importância na articulação entre a *práxis* do trabalhador do campo e os momentos de atividade escolar, momento em que se focaliza o conhecimento acumulado e se considera as experiências concretas dos educandos. Além das disciplinas escolares básicas, a educação engloba temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político e econômico (TEIXEIRA; BERNARTT; TRINDADE 2008).

Segundo Caldart (2002), os formuladores da Educação do Campo devem ser os próprios sujeitos do campo que, através de políticas públicas, podem desenvolvê-las de modo a reafirmar seus modos de vida, relações, identidades e territórios. Nas atividades de extensão e práticas formativas do Residência Agrária, essa foi uma das concepções centrais que guiaram a proposta, já que as ações previstas foram regidas pelos princípios pedagógicos da Educação do Campo e do Pronera, pautados na valorização do saber camponês e do seu contexto histórico, social, político, cultural, econômico e ambiental. Como será discutido na próxima seção, os Territórios da Cidadania, as áreas estudadas da Reforma Agrária, o diagnóstico dos territórios camponeses e as ações e os planos territoriais foram construídos pelos próprios educandos e educandas, estando diretamente vinculados às suas práticas, vivências e realidades, condições inerentes da Educação do Campo.

O mesmo valeu para os procedimentos metodológicos de análise empregados, também elaborado pelos educandos e considerado exercício pedagógico que subsidiou suas pesquisas e ações nas áreas de reforma agrária. Cabe lembrar que, como dito, o projeto de Educação do Campo e o Pronera nasceram das demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária, e nada mais coerente do que ter o próprio campesinato atuando como sujeito no processo constitutivo de conhecimento e transformação da sua realidade social. “O desenvolvimento territorial dos povos do campo e da floresta só será sustentável se tiver esses grupos sociais como protagonistas do processo. E para que isso ocorra é necessária a realização de um projeto de educação que contemple todos os níveis de ensino” (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 9).

A universidade ainda é um espaço privilegiado de produção e socialização do conhecimento e do saber, a qual deve-se abrir às experiências que vem sendo construídas pelos movimentos camponeses que reorientam a concepção de conhecimento. Dentre outras questões, a função social da universidade deve propiciar estudos que contribuam na construção de um projeto de desenvolvimento para o campo que valorize e reconheça o campesinato em toda a sua diversidade e complexidade, no qual há que se tomar em conta a situação e as demandas camponesas na busca de constituir novas sociabilidades e condições de vida.

O projeto de Residência Agrária é uma política pública que expressa a conquista dos movimentos sociais em parcerias com o INCRA e as universidades públicas do Brasil, implantado como um Programa do MDA instituído no Plano Plurianual – PPA 2004-2007, que se abre para a implementação e desenvolvimento de demandas que partem da lógica camponesa.

A Residência Agrária é uma proposta por meio da qual se oferecem as condições de estágio de vivência e especialização para estudantes graduados que tenham interface com os projetos de desenvolvimento dos assentamentos e com seus processos educativos que os beneficiários realizam nestas áreas (HACKBART; SANTOS, 2009, p. 8).

Os cursos de Residência Agrária traduzem-se como meio de promoção da Educação do Campo no Brasil e de democratização e abertura das universidades públicas brasileiras. Como dito, são resultado da parceria entre o Pronera, o MDA e o CNPq, e tem o intuito de desenvolver ações junto às comunidades camponesas no fortalecimento de suas identidades e territórios. Por meio dessa parceria, tornou-se possível o financiamento das atividades de extensão e práticas formativas no campo para os educandos e educandas do Programa de mestrado. Ao mesmo tempo, é também o resultado das experiências formativas da ENFF e dos movimentos camponeses brasileiros e latino-americanos, os quais tem sido os principais demandantes e propositores de políticas de escolarização e implantação do Ensino Superior no campo. O intuito é que a Educação do Campo seja um instrumento de desenvolvimento do território rural, e que suas práticas também estejam em diálogo com as experiências dos camponeses e trabalhadores do campo.

Freire (2001) argumenta a necessidade da formação de cidadãos mais conscientes das realidades em que vivem, construída e edificada a partir de uma educação questionadora, firmada no diálogo crítico e na consciência da condição existencial humana. O Residência Agrária se contrapõe, questiona e critica a lógica imposta historicamente pela agricultura patronal, se assentando numa lógica camponesa que organiza-se numa gestão coletiva com representação dos educandos e educandas e que tem o potencial de ressignificar a Universidade. Os educandos e educandas são sujeitos ativos do processo de construção do conhecimento ao escolher, elaborar e desenvolver as práticas nos territórios e executar ações, respeitando suas origens e áreas de atuação, forjando novas experiências dentro da Universidade.

Ao reconhecer o saber produzido pelos povos do campo e das florestas, o conhecimento acadêmico-científico foi redimensionado, uma vez que as experiências, vivências e desafios que cada educando e educanda enfrentou foram concebidos e/ou transformados como problemáticas e objetos de estudo. Assim, o saber camponês foi capaz de ressignificar e transformar o conhecimento até então produzido na Universidade - instituição fundada no Brasil para atender os interesses da classe burguesa -, reformulando as questões científicas - agora preocupadas em compreender, refletir e estudar elementos atinentes ao campesinato e aos povos do campo.

Para demonstrar como a proposta pedagógica foi efetivada, será apresentada a seguir a proposta metodológica, evidenciando as atividades de extensão e as práticas formativas do Residência Agrária.

A proposta metodológica do Residência Agrária

A proposta metodológica combinou atividades de estudos e pesquisas nas áreas de assentamentos rurais da reforma agrária e na Universidade, regida pela Pedagogia da Alternância. Sua organização curricular, como o próprio nome remete, é construída em regime de alternância, organizada em dois tempos: Tempo Universidade e Tempo Comunidade, com etapas vivenciadas no próprio ambiente social e cultural dos educandos e educandas (Parecer CNE/CEB n. 1/2006).

A Pedagogia da Alternância tem como principal característica o envolvimento da comunidade e das famílias no processo educativo, como também tem a intencionalidade de proporcionar uma formação direcionada aos anseios, preocupações e realidades dos sujeitos do campo para que possam atuar onde vivem.

O Residência Agrária contou com a participação de duas turmas de educandos e educandas que ingressaram no Programa de Pós-Graduação em tempos distintos no período de 2013 a 2015, sendo necessário adequar o projeto à cada turma que ingressava. Para um melhor entendimento da proposta, faz-se necessário especificar como o Residência se materializou em cada uma das turmas. Em todas, o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade regeram o Residência, o qual teve como objetivo central o estudo e o desenvolvimento dos Territórios da Cidadania nos assentamentos de reforma agrária a partir de três subprojetos: 1) *Soberania alimentar, mercado, renda e resistência*; 2) *Educação do Campo, produção familiar e gênero*; 3) *Produção, Educação do Campo, alimentação e saúde*.

No Tempo Universidade foram cursadas disciplinas, realizados seminários e colóquios e construídas e debatidas a metodologia empregada no Residência Agrária. Em todos esses momentos foi respeitado o processo de construção do conhecimento camponês, numa relação dialógica com a Universidade, de forma que no Tempo Comunidade foram realizados os diagnósticos e os planos e ações territoriais junto às comunidades camponesas, os quais serão apresentados a seguir e foram denominados de atividades extensionistas e práticas formativas.

Turma José Carlos Mariátegui

A primeira turma foi composta por 39 educandos e educandas aprovados no processo seletivo de 2013. O início das atividades foi em 29 de agosto de 2013, com 36 bolsistas.

Para o alcance do objetivo supracitado, em ambas as turmas, foi empregada uma metodologia que agregou dados e análises quantitativas e qualitativas, preconizando a realização de trabalhos de campo que visaram o conhecimento das comunidades camponesas. Foram aplicados questionários estruturados, que mesclaram questões abertas e fechadas. O questionário abordou as seguintes temáticas: 1- Identificação geral: identificação da área e perfil das comunidades; 2 – Saúde; 3 – Educação; 4 – Produção e Renda; 5 – Cultura e Espaços de Lazer; 6 – Meio Ambiente. Cada comunidade investigada foi eleita pelos educandos e educandas, sendo aplicado um questionário por comunidade rural.

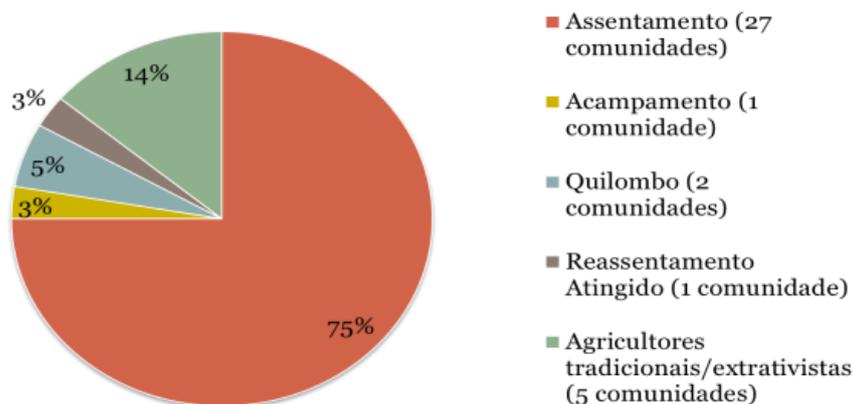
Como exposto, o questionário foi construído pelos próprios educandos e educandas que, integrados aos debates e discussões promovidos pelos coordenadores do projeto, serviram como referência para a turma seguinte - Manuela Sáenz. Este processo de construção, gestão, participação e organização coletiva do projeto foi de suma importância, uma vez que o conhecimento dos próprios educandos, advindos das comunidades, qualificaram significativamente o Residência.

Após a aplicação dos questionários, também efetuado pelos próprios educandos e educandas, deu-se início a sistematização e organização dos dados coletados, material que subsidiou o diagnóstico e os planos de ação territorial de todas as comunidades camponesas pesquisadas pela turma.

Durante a execução do projeto, dois diagnósticos foram efetuados por duas turmas distintas, e um conjunto de ações e planos territoriais foram propostos. O diagnóstico foi ferramenta elementar para a compreensão da realidade do campo, basilar para que as ações territoriais fossem formuladas pelos mestrandos. O diagnóstico e a ação territorial foram feitos pelos educandos e educandas durante o Tempo Comunidade.

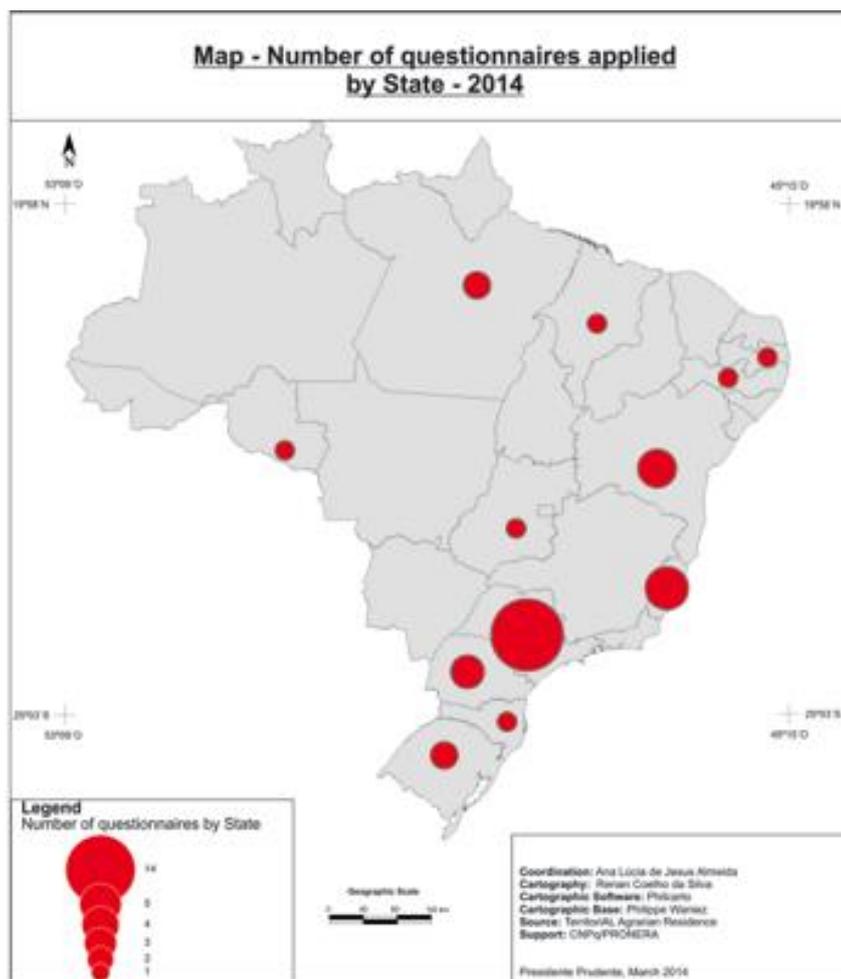
O primeiro diagnóstico levantou e sistematizou informações e dados das comunidades camponesas integrantes, por amostra, em 12 estados brasileiros: Goiás, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rondônia, Santa Catarina, Pará, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Espírito Santo e São Paulo. O estudo alcançou todas as 5 macrorregiões brasileiras, sendo 27 assentamentos rurais, 1 acampamento, 2 áreas de quilombos, 1 assentamento construído por impactados por barragem e 5 comunidades tradicionais, totalizando 36 áreas pesquisadas. Todos integram os Territórios da Cidadania e foram selecionados pelos educandos e educandas a partir de sua atuação nas comunidades e/ou origem, sendo a maioria assentamentos rurais (Mapa 1 e Gráfico 1).

Gráfico 1: Percentual do tipo de comunidade rural pesquisada pela turma José Carlos Mariátegui



Fonte: Pesquisa do Residência Agrária (2014).

Mapa 1 – Número de questionários aplicados por Estado – Brasil (2014)



Fonte: Pesquisa do Residência Agrária (2014)

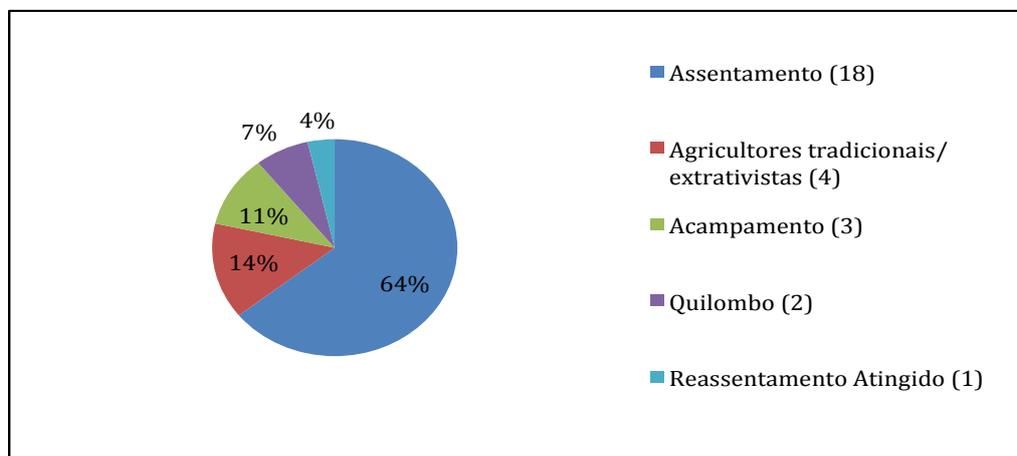
Os diagnósticos foram os instrumentos que subsidiaram a proposição de planos e ações territoriais para alguns dos problemas e fragilidades identificadas nas comunidades camponesas. As ações implementadas são consideradas o ponto principal do Residência Agrária, os quais serão apresentados detalhadamente na secção seguinte.

Turma Manuela Sáenz

A segunda turma ingressou em agosto de 2014 e contou com 28 educandos e educandas, sendo 19 bolsistas. O projeto envolveu bolsistas e não bolsistas, fazendo com que o Residência Agrária atuasse como centro nucleador das atividades do Tempo Comunidade de todos os mestrandos do TerritoriAL. A metodologia construída pela turma José Carlos Mariátegui também foi empregada como instrumento de pesquisa do Residência, já que se considerou que para uma análise rigorosa e de escala nacional sobre o desenvolvimento territorial camponês nos Territórios da Cidadania, a metodologia não poderia ser alterada para fins comparativos. No entanto, no intuito de acompanhar a especificidade de cada realidade das comunidades camponesas, algumas questões do questionário foram modificadas, como, por exemplo, àquelas tangentes ao gênero e às práticas agroecológicas, questões que necessitavam de alguns ajustes e readequações.

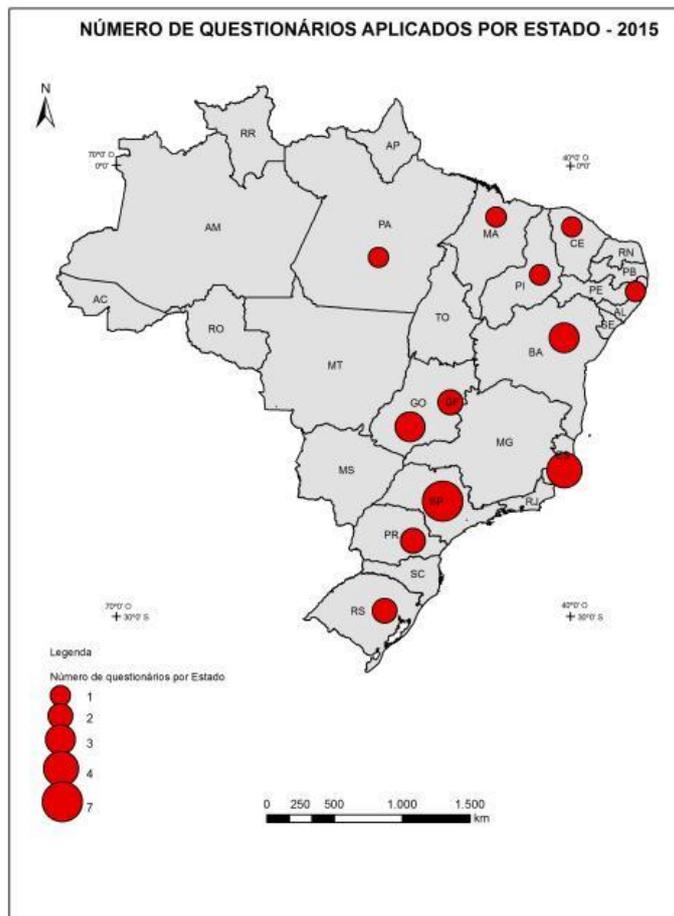
Pautada na mesma metodologia, todas as macrorregiões foram atingidas, conformando o total de 11 estados brasileiros e o Distrito Federal: Goiás, Maranhão, Pernambuco, Ceará, Piauí, Pará, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Espírito Santo e São Paulo. Foram 18 assentamentos rurais, 3 acampamentos, 1 assentamento construído por impactados por barragem e 6 comunidades tradicionais (Gráfico 2 e Mapa 2).

Gráfico 2: Percentual do tipo de comunidade rural pesquisada – turma Manuela Sáenz



Fonte: Pesquisa do Residência Agrária (2014)

Mapa 2 – Número de questionários aplicados por Estado – Brasil (2015)



Fonte: Pesquisa do Residência Agrária (2014)

Devido ao término do projeto em setembro de 2015, as ações territoriais deste diagnóstico não foram desenvolvidas integralmente. Sabe-se da importância da elaboração de ações em um projeto que se dedica à Residência Agrária, contudo, a equipe de coordenação compreendeu que, pedagogicamente, o processo de construção e aplicação dos diagnósticos foram de extrema importância para que futuras ações sejam implementadas.

Há de se considerar o engajamento e a organicidade dos mestrandos e mestrandas envolvidas. Integrantes de um processo de resistência e luta pelo acesso e permanência na terra, não limitaram suas ações ao Residência Agrária ou a qualquer outra pesquisa de cunho exploratória, mas continuaram desenvolvendo ações como parte de sua própria *práxis* camponesa que transcende os objetivos contidos no Residência. Foi dada sequência à implementação das ações territoriais nas comunidades pesquisadas, independentemente

do término do projeto, constitutivas da militância e do trabalho camponês inerente aos grupos que participaram do projeto.

A seguir, são apresentados os planos e as ações com vistas ao desenvolvimento territorial camponês propostos e desenvolvidos pelos educandos e educandas da turma José Carlos Mariátegui. Assim como a metodologia apresentada, tanto os planos quanto as ações territoriais ulteriores, conformam um conjunto que denominamos de atividades de extensão e práticas formativas.

Ações territoriais do Residência Agrária

Os diagnósticos obtidos, resultado da identificação e análise dos questionários, sinalizaram para inúmeros problemas e questões que inibem e/ou dificultam o desenvolvimento territorial camponês, mas considerando o elevado número de diagnósticos e ações e a diversidade das regiões geográficas e dos temas dos subprojetos, o presente texto delimitou algumas ações para compor a discussão proposta. Optou-se por apresentar cinco das inúmeras experiências realizadas pelos educandos e educandas no Residência, com foco para as questões de gênero, trabalho, juventude, abastecimento de água, recatamento, juventude, lazer e agroecologia.

Assentamento Pirituba II - Agrovila III, município de Itaberá (SP)

A proposta teve como objetivo provocar o debate sobre a questão de gênero e trabalho das mulheres do assentamento. Para isso, uma dos aportes metodológicos traçados foi a socialização das histórias de vida das participantes, enfatizando as mudanças ocorridas a partir da vida nos acampamentos e no assentamento. Foi possível, ainda, debater a produção agroecológica e estimular a troca de receitas tradicionais. As “prosas” abordaram temas como a sua participação na vida da comunidade e da cooperativa, educação, saúde, luta, políticas públicas, história do assentamento, histórias de vida, receitas tradicionais, entre outros. Nesses encontros discutiu-se também sobre a importância de dar visibilidade ao trabalho que estão realizando na cooperativa e no assentamento, como também para o conjunto do MST e de toda a sociedade.

Assim, coletivamente, levantaram-se alguns temas e foi feita a indicação de pessoas que poderiam falar sobre eles e montar um pré-roteiro para fazer um documentário. Foram dois dias de gravações no assentamento para o documentário, filmando o cotidiano - em especial das mulheres. A partir das conversas realizadas nas reuniões prévias, foi dada prioridade às filmagens na horta coletiva, na padaria, no Centro de Educação Infantil, na cozinha comunitária e na casa de mulheres mais velhas.

O principal resultado obtido foi a retomada do processo de organização das mulheres, mesmo que ainda de forma pontual e relativamente fragmentada. Os momentos de debate trouxeram à tona vários debates que precisam ser aprofundados e muitos dos quais ainda nem haviam se colocado como demandas coletivas - embora fossem preocupação de algumas mulheres, como a ausência de espaços e atividades de lazer para as mesmas ou mesmo questões de saúde que têm aparecido com frequência, em especial entre as mulheres mais jovens. Além disso, as conversas trouxeram um elemento forte de valorização das atividades que já realizam e em especial das conquistas obtidas a partir da luta concreta, como é o caso do Centro de Educação Infantil, reconhecido por toda a comunidade como uma grande vitória.

Assentamento Rodeio, município de Presidente Bernardes (SP)

O principal objetivo da proposta de trabalho foi retomar o debate sobre os sentidos da luta pela reforma agrária na região e discutir o papel específico da juventude no contexto da Reforma Agrária Popular. Procurou-se contribuir no apoio e fortalecimento da auto-organização dos jovens dentro da comunidade, visando a defesa dos territórios, a luta por políticas públicas e pela emancipação política desses sujeitos.

A ação centrou-se na realização de reuniões, oficinas e encontros com os jovens assentados, com intervalos de 15 dias em média, durante o período de julho e outubro de 2014. Estruturou-se a ação com duas reuniões de apresentação da proposta, discussão e reflexão nas turmas do EJA e do curso do PRONATEC, com maior presença dos jovens. Num primeiro momento foram feitos cursos de formação técnica do PRONATEC, com 30 jovens, aos sábados. Essa proposta também foi construída com lideranças do assentamento e membros da Associação dos Produtores Assentados da Rodeio (APAR).

A partir dessas reuniões foi possível definir com o coletivo que iriam ser construídas duas atividades: a intervenção na Romaria da Terra e da Água e a organização do Encontro Regional da Juventude. Foi necessária a realização de uma oficina para construção dos materiais e apresentação na romaria, e a divisão de tarefas para conseguir transporte, alimentação e a mobilização para o Encontro Regional.

Assentamento Morada Nova, município de Cansanção (BA)

A proposta de atividade veio ao encontro de uma dinâmica já vivenciada pela comunidade de Fundo de Pasto. Inicialmente, o objetivo da ação firmou o compromisso de trabalhar na recomposição de uma das áreas degradadas daquela comunidade.

A partir de um banco de sementes de plantas da Caatinga, em duas ocasiões foram enviadas sementes para que a comunidade produzisse mudas para o reflorestamento. Em virtude das condições climáticas (pouca chuva e altas temperaturas) e do baixo potencial de germinação de muitas espécies, mais de 50% das sementes plantadas não germinaram. Das sementes que germinaram, parte das mudas não resistiram e morreram antes completar o tamanho necessário.

Assim, por decisão coletiva e tendo em vista a grande possibilidade de insucesso, optou-se por realizar a atividade no final do 1º semestre ou início do 2º semestre de 2015, quando a transição entre estações amenizou o calor e permitiu que as mudas plantadas recebessem as chuvas de inverno que, embora muito inferiores às de verão, garantem um suprimento mais regular de água e mantem as temperaturas baixas - condições ambientais essas que aumentam as possibilidades de sucesso da recomposição da vegetação natural da área, a Caatinga, denominado no projeto de recatingamento.

Na atividade de recaatingamento proposta a comunidade Morada Nova produziu um número bem maior e variado de mudas de plantas da caatinga. A atividade foi realizada em mutirão, que acontece semanalmente e envolve a quase totalidade dos moradores dessa comunidade tradicional.

Assentamento Paus Preto, município de Sebastião (BA)

A ação centrou-se na discussão da estocagem de água para a produção de alimentos para consumo humano e animal. Para tanto, foi realizada uma oficina sobre cultivo, colheita e estocagem de mandioca e palma forrageira, e proposta a implantação de uma área coletiva para a produção de mudas de palma e para a distribuição aos assentados de manivas (caule da mandioca usado como semente) para alimentação humana e animal.

Para a implantação de uma área coletiva para a produção de mudas de palma, foram entregues, no dia 28 de outubro no assentamento, um caminhão com raquetes de palma para o plantio e 100 kg de sementes de sorgo forrageiro e 100 kg de milho destinados à produção de material para ensilagem e para palhadas. A entrega destes insumos foi possível porque as mudas de palma foram doadas; o sorgo e o milho foram adquiridos e o custo do transporte para deslocamento originou-se de doação da prefeitura municipal de Sebastião Laranjeiras. Para as famílias do assentamento não houve custos. Quanto à distribuição de manivas de mandioca, estas foram entregues no mês de novembro, tempo

em que foram colhidas de lavouras de agricultores do município e doadas aos moradores do assentamento.

Assentamento 14 de Agosto, município de Ariquemes (RO)

A proposta baseou-se na realização de encontros para estudos sobre a agroecologia, que tiveram o objetivo de aprofundar o tema e reconhecer os problemas que dificultam essa prática. Foram desenvolvidas atividades que pudessem contribuir para melhorias no espaço, tanto na produção como nos espaços de vivência coletiva.

Os estudos foram realizados com membros do grupo coletivo, com mulheres e homens jovens e adultos, bem como crianças e adolescentes. Foram realizados trabalhos de grupo, debates, leituras e vídeos. Durante os debates, concluiu-se que para avançar na produção agroecológica ainda há muito a ser feito, principalmente no que se refere aos problemas com o uso de agrotóxicos na produção de sementes.

A importância de produzir as próprias sementes crioulas torna-se uma tarefa imprescindível para os camponeses que se lançaram nesta empreitada pela agroecologia, levando em consideração que as sementes convencionais trazem uma série de princípios ativos que contaminam a produção.

Diante disso, uma das tarefas práticas foi construir uma casa de sementes crioulas para armazenamento das sementes produzidas na comunidade. A ideia foi utilizar material alternativo, como garrafas pet e barro, conhecido também por bioconstrução. Essa construção será realizada em mutirão.

Definiu-se também construir um espaço para depositar os resíduos sólidos e aproveitar melhor os resíduos orgânicos. Este barracão foi improvisado com o uso de palhas de coqueiro e tela, madeiras e telhas. Neste local, será depositado os resíduos sólidos, (plástico, papel, latas e outros). Para os resíduos orgânicos, foi construída uma composteira doméstica.

Outra necessidade foi construir uma fossa de evapotranspiração a base de reciclagem de pneus para escoamento da água da pia da cozinha, que acaba trazendo transtornos com retenção da água - principalmente no período chuvoso. Os pneus foram doados pela Prefeitura Municipal de Jaru.

Como o embelezamento dos espaços coletivos e residenciais para o MST é princípio, outra meta definida foi a organização do espaço da cozinha coletiva. Para isso, recorreu-se novamente à reciclagem de pneus para a construção da fossa de evapotranspiração para retenção da água da pia da cozinha.

Nas conversas informais, durante o Tempo Comunidade, um problema antigo foi retomado que atingia principalmente as mulheres adultas: a ausência de espaços de lazer. Geralmente os homens jogam bola mais de uma vez por semana, enquanto as mulheres vivem para o trabalho no grupo e em suas casas, sem nenhuma atividade de lazer. Uma solução para essa problemática se deu por meio da capoterapia. Trata-se de uma série de exercícios físicos que contribuem não só para o melhoramento do físico, mas principalmente aspectos psicológicos, chamados pela comunidade dos “problemas da alma”.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho consistiu em refletir e discutir os principais elementos que integraram a proposta pedagógica e metodológica de Educação do Campo junto ao Residência Agrária. Sob a lógica da Educação do Campo, o projeto atuou não apenas no estudo do campesinato pelo próprio campesinato, mas se propôs a promover práticas formativas e de extensão preocupadas com o desenvolvimento dos territórios camponeses, baseada por uma educação libertadora e comprometida com os problemas que afligem o campo brasileiro. O conhecimento acadêmico passou a ser construído pelo campesinato, ressignificando os papéis da Universidade por intermédio dos sujeitos do campo e da prática extensionista.

As atividades de extensão e as práticas formativas se deram em todo o processo de construção do conhecimento promovido pelos educandos e educandas. Através da Pedagogia da Alternância, no Tempo Universidade foram cursadas disciplinas, realizados seminários e colóquios e formuladas e debatidas a metodologia empregada no Residência Agrária. No Tempo Comunidade foram realizados os diagnósticos e os planos e ações territoriais junto às comunidades camponesas, com foco na descrição de cinco experiências que visaram promover o desenvolvimento territorial do campesinato. Essas experiências perpassaram as questões de gênero, trabalho, juventude, água, recatamento, lazer e agroecologia.

Amparado no interior de uma proposta que ainda vem sendo construída e redesenhada pelos movimentos sociais (Educação do Campo), o Residência Agrária é política que merece continuidade, uma vez que suas ações buscaram desenvolver os territórios camponeses, com grande potencial de discutir as bases constituintes da Universidade e do ensino no Brasil. As ações e planos territoriais aqui esboçados evidenciaram a importância desse projeto, atuando desde questões ambientais até as que retratam gênero e trabalho, todas partindo de realidades, práticas e vivências gestadas e vivenciadas pelo e para o campesinato.

Referências

ARANHA, M.G.A; PIRES. M.H. **Filosofando**: introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna , 2003.

CALDART, R. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, J. E. (et al.) (Org.) **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional por uma educação do campo, 2002. Coleção por uma educação do campo, v. 4.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. **Revista Trabalho Necessário**, v. 2, n. 2, 2018, p. 1-16.

DUARTE, N. **A Individualidade Para-si: contribuição a uma teoria histórico- social da formação do indivíduo**. Campinas: Autores Associados, 1993.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. . O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M.C; JESUS, S.M.S.A. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. 1ed., Brasília: NEAD, 2004, v. 5, p. 53-89.

FREIRE P. **Pedagogia do oprimido**. 17a ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra; 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HACKBART, Rolf; SANTOS, Clarice. Dez anos de PRONERA e o Programa Residência Agrária. In: MOLINA, Mônica e outros (Org.). **Educação do campo e formação profissional**: a experiência do Programa Residência Agrária. Brasília: NEAD/MDA, 2009, 7-10.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação Fundamentos Ontológicos e Históricos. **Revista Brasileira de Educação** vol. 12, núm.34, jan-abril, 2007. p 152-165. Associação Nacional de Pos-graduação e Pesquisa em educação do Brasil.

SOUZA, Maria Antônia. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 105, 2008, p. 1089-1111.

VIEIRA, N. R. **As questões das Geografias do Ensino Superior e do Ensino Fundamental a partir da formação continuada do professor e das categorias lugar, paisagem, território e região**: um estudo da Diretoria Regional de Ensino de Marília. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2007.

Sobre os autores

Janaína Francisca de Souza Campos Vinha - Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Realizou estágio pós-doutoral na University of Manitoba, Canadá. Atualmente é professora na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8763-4465>

Noemia Ramos Vieira – Graduação e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia Presidente Prudente, Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências Marília (2000). Atualmente é professora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (DCPE), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. **OrcID:** 0000.0002-3565-4018

Djacira Maria de Oliveira Araújo - Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (2001). Especialista em Estudos Latino-americanos pela UFJF (2005) e Mestrado em Educação pela UFBA (2011). Foi coordenadora pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes. **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-4479-001>

Como citar este artigo

VINHA, Janaina Francisca de Souza; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira Araújo. Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica. **Revista NERA**, vol. 21, n. 45, p. 12-31, dez. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Janaina Francisca de Souza Vinha** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo e terceiro autores **Noemia Ramos Vieira** e **Djacira Maria de Oliveira Araújo**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise; e os três autores, **Janaina Francisca de Souza Vinha**, **Noemia Ramos Vieira** e **Djacira Maria de Oliveira Araújo**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 11 de outubro de 2018.

Devolvido para a revisão em 30 de outubro de 2018.

Aceito para a publicação em 15 de novembro de 2018.
